



PRESENÇA INDÍGENA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: DESAFIOS DA PERMANÊNCIA

Nubiã Tupinambá¹

Resumo: Neste artigo investigo os processos sociais e discursivos da presença de estudantes indígenas na Universidade de Brasília (UnB), a partir do meu olhar autoetnográfico. Parto de pressupostos teóricos dos Estudos Críticos do Discurso, em diálogo com os estudos sobre decolonialidade, associados ao pensamento crítico da educação como prática de libertação. O recorte temático se deu sobre a discrepância entre a política de acesso dos estudantes indígenas à UnB e a política efetiva de acolhimento cotidiano, com suas lacunas, voltada para a nossa permanência na universidade. Parto de um registro criativo, dialogado e autoetnográfico, já defendendo o “ser-estar” indígena na academia como troca de saberes, como proposição de uma política de permanência e de inclusão, baseada no respeito à diversidade indígena brasileira, registrando as marcas identitárias de pertencimento. Parto de uma metodologia de cunho narrativo-etnográfico e autoetnográfico crítico e transgressivo, incluindo as questões identitárias e de agenciamentos no âmbito do discurso; abraço posturas reflexivas e decoloniais, no propósito de ter o alicerce na construção do diálogo, da interação, da troca de saberes e da resistência para existência do ser diferenciado. Como resultados, destaco movimentos de transformação discursiva e social, nas práticas reflexivas e acionais dentro da UnB e evidencio as minhas vivências na universidade como ponto de partida para discussões sociais mais amplas e que ancoram proposições sobre modos de ser e de novas formas de poder para apoiar políticas de permanência dos povos originários na academia.

Palavras-chave: universidade indígena, política de permanência, inclusão, discurso.

Abstract: In this article I investigate the social and discursive processes of the presence of indigenous students at the University of Brasília- UnB, from my autoethnographic perspective. I start from theoretical assumptions of Critical Discourse Studies, in dialogue with studies on decoloniality, associated with critical thinking about education as a practice of liberation. The thematic focus was on the discrepancy between the policy of access for indigenous students to UnB and the effective policy of daily reception, with its gaps, aimed at our stay at the university. I start from a creative, dialogued and autoethnographic record, already defending indigenous 'being-being' in academia as an exchange of knowledge, as a proposition of a policy

¹ Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília e autora da pesquisa financiada pela Capes-UnB: “Práticas discursivas e sociais da presença indígena na Universidade de Brasília: construindo caminhos para a permanência e troca de saberes sob o foco a Análise de Discurso crítica”; Foi pesquisadora atuante na Maloca e parte da liderança da Associação dos Acadêmicos Indígenas da UnB.

of permanence and inclusion, based on respect for Brazilian indigenous diversity, recording the identity marks of belonging. I start from a critical and transgressive narrative-ethnographic and autoethnographic methodology, including issues of identity and agency within the scope of discourse; I embrace reflective and decolonial stances, with the aim of having the foundation in the construction of dialogue, interaction, exchange of knowledge and resistance for the existence of a differentiated being. As results, I highlight movements of discursive and social transformation, in reflective and actional practices within UnB and highlight my experiences at the university as a starting point for broader social discussions that anchor propositions about ways of being and new forms of power to support policies for indigenous peoples to remain in academia.

Keywords: indigenous university, permanence policy, inclusion, discourse.

Resumen: En este artículo investigo los procesos sociales y discursivos de la presencia de estudiantes indígenas en la Universidad de Brasilia-UnB, desde mi perspectiva autoetnográfica. Parto de presupuestos teóricos de los Estudios Críticos del Discurso, en diálogo con estudios sobre descolonialidad, asociados al pensamiento crítico sobre la educación como práctica de liberación. El foco temático estuvo en la discrepancia entre la política de acceso de los estudiantes indígenas a la UnB y la política efectiva de acogida diaria, con sus lagunas, orientada a nuestra estancia en la universidad. Parto de un registro creativo, dialogado y autoetnográfico, defendiendo ya el 'ser-ser' indígena en la academia como intercambio de saberes, como propuesta de una política de permanencia e inclusión, basada en el respeto a la diversidad indígena brasileña, registrando las marcas de identidad. de pertenecer. Parto de una metodología narrativa-etnográfica y autoetnográfica crítica y transgresora, que incluye cuestiones de identidad y agencia dentro del ámbito del discurso; Abrazo posturas reflexivas y decoloniales, con el objetivo de tener fundamento en la construcción del diálogo, la interacción, el intercambio de saberes y la resistencia por la existencia de un ser diferenciado. Como resultados, destaco movimientos de transformación discursiva y social, en prácticas reflexivas y accionarias dentro de la UnB y destaco mis experiencias en la universidad como punto de partida para discusiones sociales más amplias que anclan propuestas sobre formas de ser y nuevas formas de poder para apoyar políticas de los pueblos indígenas permanezcan en la academia.

Palabras clave: universidad indígena, política de permanencia, inclusión, discurso.

Neste artigo, trago uma parte da minha tese de doutorado em que investiguei os processos sociais e discursivos da presença de estudantes indígenas na Universidade de Brasília (UnB), sob o viés crítico dos estudos da linguagem. Parti de pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso Crítica, em diálogo com os estudos das ciências críticas sociais sobre decolonialidade, associados ao pensamento crítico da educação como prática de libertação. Apresento essa pesquisa através de um registro escrito dialogado, com traços reflexivos de cunho autoetnográfico.

Com essa linguagem insurgente, proponho uma nova modo de (con)viver no espaço acadêmico, com base na troca de saberes, a fim de ajudar na construção de uma política de permanência e de inclusão efetiva para nós, povos indígenas. Para isso, levanto, através desse

texto, uma bandeira que defende o respeito à diversidade indígena brasileira, registrando as marcas identitárias somadas ao processo da relação étnica de pertencimento no que diz respeito ao binômio aldeia-universidade e vice-versa.

Esse artigo dialoga com a agenda dos Estudos Críticos de Discurso e parte do seguinte problema social e discursivo: as dificuldades vivenciadas por nós, estudantes indígenas, na vida da universidade. Essas dificuldades podem estar relacionadas à invisibilidade dessa presença indígena na graduação e na pós-graduação, somadas às várias formas de discriminações vividas nos espaços acadêmicos, como foi constatado na minha pesquisa de mestrado (Silva, 2017 e Silva e Dias, 2021). Ao investigar conflitos identitários relativos à esfera de poder, às diferenças e a exclusões, pude compreender como essas tensões e crises são construídas na via discursiva e como podem ser superadas; analisei as implicações e relações dos discursos com as práticas sociais e, principalmente, penso que pude contribuir para este debate em termos de mudança dessa realidade social.

Neste artigo, coloco em evidência meus relatos autoetnográficos sobre minha presença na UnB, especialmente na pós-graduação, com ênfase na vivência decolonial do pertencimento. Minha contribuição para esse debate se dá sobre a compreensão que podemos passar a ter a partir da compreensão sobre como os modos discursivos e não discursivos operam nos relacionamentos, nos **encontros humanos** dentro da universidade, incluindo indígenas e não indígenas, com foco em suas facetas identitárias e em suas representações de mundo. A partir desse panorama, sob meu ponto de vista, já que se trata de narrativas autoetnográficas, será possível ampliar o escopo da discussão sobre a presença indígena nas universidades brasileiras. Como eixo transdisciplinar, sintonizo com novos modos de ser, a partir da noção de **ecologia dos reconhecimentos**, com foco no círculo das igualdades e das diferenças alongado e em novos agenciamentos (Santos, 2010). A escrita do artigo está dividida em três partes: (i) uma introdução seguida da (ii) análise da conjuntura do problema sociodiscursivo sobre a presença indígenas nas universidades (especificamente na Universidade de Brasília); e (iii) o relato reflexivo autoetnográfico com ênfase nas representações identitárias, pelo viés discursivo.

1- **Presença indígena: a jangada está no mar**

Em quarentena, em 2021, especificamente, fiz o percurso que pode parecer contrário ao objetivo da minha pesquisa, mas, para mim, foi muito natural. Voltei para aldeia e as perguntas a serem feitas aos estudantes indígenas e não indígenas, professores, reitores, colegas, estavam

sendo feitas, naquele momento, por meus parentes à minha pessoa. Perguntam “como é a universidade, o que você faz na Universidade?”. Perguntaram “o que eles (na universidade) sabem ou falam de nosso Povo?”. Também querem saber “quando volto para aldeia?”. Foi aí que percebi o quanto minha pesquisa é importante. Importante por me levar a mostrar quem sou e quem somos, por me levar a enxergar o valor da nossa ciência. Pude ver ainda como a falta de diálogo reproduz um discurso único, não reconhecendo a diversidade dos conhecimentos ancestrais.

Minha reflexão sobre a minha presença na universidade de Brasília, ficou muito definida quando respondi para meus parentes. Minha resposta foi: “Bem, estou na universidade fazendo um doutorado, estou estudando no doutorado em linguística, na área da análise do discurso crítica, que toma como base a linguagem em todas as suas realidades, presentes na língua (fala, escrita), no discurso e nos textos diversos, refletindo questões de poder, a hegemonia, identidade e interculturalidade”. Me vi, então, sentada na areia da praia, mirando uma jangada muito peculiar que me lembra meu avô, pescador e jangadeiro, explicando o que academia produz. Estava ali, em pleno período de isolamento social, fazendo a pesquisa ganhar formas, cores, discursos e marcas identitárias diversas junto aos meus parentes da aldeia.

Eu estava vivendo a pesquisa orgânica, sendo agente e agenciando os meus iguais. Alguns comentários entusiastas me levaram ao desafio de pensar na ideia de fazer uma tese só na oralidade. Sim, porque estava conversando sobre o doutorado e, com outros indígenas, estava construindo discurso, ‘como, para quê, com quem e como tantas pessoas entram na academia’.

Estar na universidade e na aldeia me permite mesclar o meu discurso no processo da aprendizagem de aprendizes para aprendizes. Então, quero poder viver e ver esse momento processado em minha vida, como, por exemplo, nos saberes ancestrais do meu Povo, quero perceber quando este é presente no espaço universitário. Quero saber sobre o uso do barro na aldeia e sobre como ele é diversificado e sustentável. Do barro, fazemos utensílios domésticos, artes, adornos, moradias e medicina curadora. A academia não diz como meu povo descobriu o poder criador, transformador e curador do barro e como as entranhas da nossa mãe terra são multicoloridas. Na minha aldeia, cavando cerca de 10 metros, encontramos barro branco, amarelo, lilás, preto, cinza, rosa e cada uma dessas cores representa um poder de cura.

Então, pensei, como esse saber chega à universidade? Ou melhor, como ele deve chegar à universidade. Por que, tantas vezes, não chega? A nossa responsabilidade como indígenas que saímos da aldeia é grande, no sentido de não deixar pessoas irresponsáveis

violarem esses conhecimentos sagrados ou nos retirarem o poder de nossos próprios saberes. Assim, estar na jangada, mirar a jangada, seja na praia, seja em alto mar, torna-se um grande risco, porque nos coloca como guardiãs em terras alheias. Estando em terras alheias, devemos adquirir novos hábitos os quais deverão ser sagrados também, e, nessa sabedoria, precisamos criar o espaço do diálogo entre os saberes ancestrais e acadêmicos. E é sobre isso que me propus a fazer na pesquisa de doutorado e que trago aqui, em forma de recorte, para este artigo.

2- Presença indígena na Universidade de Brasília: a jangada em terra

A Universidade de Brasília (UnB) apresenta uma estrutura política de ações afirmativas comprometidas no agenciamento da equidade e da democratização no acesso ao ensino superior, pautando-se no artigo n.207 da Constituição Federal, que prima pelo “princípio da autonomia universitária”. E coerente com o seu propósito, em 2004, foi a primeira a criar “uma política de cotas para negros na graduação”, estabelecendo uma cota de 20% das vagas do vestibular reservadas para pretos e pardos. Ampliou sua oferta de acesso em 2014 para as “cotas sociais (estabelecidas pela lei nº.12.711, de 2012), mantendo em 5% das vagas reservas para negros, independentemente da renda familiar. Essa abertura institucionalizada de combate às desigualdades sociais focada na questão de raça/etnia, registrou em 2020 a matrícula de 10.524 estudantes cotistas na UnB, contudo o percentual indígena, da nossa presença não chega a 1%, desse total.

Mas, o que deve refletir é como estes estudantes, no processo de seus estudos acadêmicos, conseguem permanecer até a conclusão de suas graduações e quais são os processos discursivos sociais e de identidades pelos quais eles/as/nós passam/os. Nesse contexto, a nossa presença na universidade é carregada de sentidos, motivações e compromissos bem definidos para os estudantes indígenas e, talvez, não tão claramente definidos para estudantes não indígenas, bem como para docentes e gestores/as. Esses sentidos atravessam nosso coletivo que não é homogêneo, pois é marcado por diferentes crenças, culturas e linguagens. Como bem disse o meu Parente, quando da sua entrada no mestrado:

Mas aí, antes de eu saber o resultado, o Cacique nosso veio aqui pra um evento na Universidade. E ele conheceu a parte dos universitários, mesmo, da Luta, então ele disse “Olha, você que tem que ir Brasília né?. Porque você tem que estudar na universidade, porque lá é um lugar

bom, né. Vai abrir muitas portas lá pro nosso Povo. Tu tá novo ainda, enfim, vai lá tá, pra gente ficar perto das lutas, dos movimentos. (Estudante 6- Engenharia Florestal in Silva, 2017, p19).

Nessa rica jornada de pesquisa, estou tendo a oportunidade de vivenciar junto com meus parentes essa condição de estudante indígena. Muitas vezes somos desrespeitados na nossa cultura, nos nossos tempos, ritos, cosmovisão, anseios, expectativas individuais e coletivas, enfim, as nossas epistemologias não têm lugar ainda na universidade. Chegamos ao ambiente acadêmico com lacunas de conhecimentos tidos como convencionais e universais, sob o viés da tradição colonizadora que domina as áreas acadêmicas e que ditam as referências básicas dos saberes, como a Língua Portuguesa (oral e escrita) e os requisitos matemáticos ‘mínimos’. A dificuldade é grande para nós, estudantes indígenas, especialmente para os parentes de pouco contato linguístico com o português e para os parentes que escolhem os cursos na área das exatas quando precisam ser aprovados em disciplinas básicas da UnB, como a famosa disciplina “Cálculo 1”.

Nesse contexto, vejo não apenas a falta de espaço para nossos saberes, como também um tratamento hostil que nos coloca como estudantes ‘comuns’ que deveríamos dar conta e obter êxito nas matérias logo ao entrarmos na universidade. A abordagem pedagógica do mundo acadêmico continua nos avaliando com medidas iguais, sendo que nossa entrada é por vestibular específico (desde 2004), indicando que temos especificidades a serem consideradas, e, nesse caso, a questão da avaliação de resultados iguais, requer um olhar específico e diferenciado, em primeira mão.

Sermos avaliados como todos os estudantes que entram na UnB pelo vestibular geral é desrespeitoso e humilhante. A grande questão está na oportunidade de direitos iguais, como direito a ter resultados desiguais. Cabe à UnB, cumprir com os direitos constitucionais, presentes em seu artigo 206, assumidos e registrados em seus compromissos, como citado no seu site oficial:

A Constituição Federal, no art. 206, assegura, a docentes e estudantes, a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, de modo a garantir o pluralismo de ideias e concepções de ensino, bem como a autonomia didático-científica. Esse princípio é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo terceiro)².

² <https://noticias.unb.br/69-informe/2601-nota-sobre-o-exercicio-da-liberdade-de-catedra> em 19/09/2020

A UnB registra sua assinatura de concordância e adesão com a CF e o faz na defesa de seus princípios de zelar pela “autonomia para escolher métodos didáticos”, mas, também para agir no “respeito à pluralidade de ideias e à não discriminação”, o que se pode conferir também “no seu Estatuto, Regimento Geral, no Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI)”³.

Ora, olhar criticamente para esta questão é considerar e ter a compreensão do “direito a ser igual sempre que a diferença nos inferioriza” e do direito de ser “diferente sempre que igualdade nos descaracteriza” (Santos, 2010, p. 313-314). Em outras palavras, podemos falar, por um lado, em políticas administrativas de universidade em termos de permanência dessas minorias, no sentido de oferecer diferentes maneiras de apoio pedagógico, programas de assistência estudantil, de modo que a política específica de ingresso contemple também, de fato, a inclusão e a permanência desses/as alunos/as nos cursos oferecidos.

Mas, para que a UnB e demais Instituições de Ensino Superior construam uma política em sua totalidade, em que se pretenda conhecer e acolher, verdadeiramente, os seus estudantes e propiciar-lhes acompanhamento, inclusão e suporte com excelência no seu processo de construção de sua nova identidade, como promotores de conhecimentos, será necessário revisitar a sua própria forma de construção do conhecimento e das trocas metodológicas de ensino-aprendizagem. Será necessário refletir criticamente em que instâncias e práticas terão lugar os saberes decoloniais, e de que modo podem fazer parte das práticas acadêmicas, no sentido de analisar o quanto as políticas de permanência podem ser limitadas por estarem ligadas apenas às condições de adaptação dos estudantes às práticas sociais e discursivas já existentes e legitimadas da universidade, sem considerar as novas epistemologias, em uma abordagem integrativa onde há troca e não adaptação. De acordo com Dias (2018), olhar a educação sob um viés discursivo, crítico e decolonial implica

questionar e compreender como os discursos da cultura dominante, calcados em lógica binária colonial, ainda funcionam nos dias de hoje nas escolas, nos currículos, nas práticas – como todo esse construto vai apagando o brilho, vai silenciando as vozes, vai se apegando a mitos, mentiras (que parecem verdades) e injustiças no cotidiano da escola (Dias, 2018, p 34).

Nossa presença cresce, gradativamente, na Universidade de Brasília desde o primeiro vestibular específico em 2004; é fato constatado. Mas, isso não significa que nossa voz é ouvida

³ <https://noticias.unb.br/69-informe/2601-nota-sobre-o-exercicio-da-liberdade-de-catedra> em 19/09/2020

e nem que nossa diversidade é respeitada. Somos minoria que cresce, ou, como diria Henry Giroux (1997) somos parte da ‘maioria excluída’.

Em meio às tantas dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas, e em meio a nossa diversidade, nós nos unimos e promovemos eventos de resistências e reivindicações com o foco no respeito à diferença para além dos Povos Indígenas. Uma materialização desse movimento dos estudantes indígenas na UnB foi a implementação da Associação dos Acadêmicos Indígenas da UnB-AAIUnB, que reúne as pautas e situações diferenciadas vividas pelos estudantes no espaço universitário. Nesse processo de organização, resistência e de luta, os indígenas conquistaram a construção do espaço de convivência e apoio denominado Maloca, solicitado em 2011 e concluído em janeiro de 2016. As pautas da nossa Associação nos representam de fato, redesenhando a chegada de Cabral, quando a Europa se outorgava no direito de invadir terras alheias. Nossas reuniões na Maloca demarcam o território na Universidade, pois, além de nos sentirmos representados, ao conhecer e reconhecer a diversidade existente na nova ‘terra’ UnB, promovemos o respeito à nossa luta como Povos Originários desse país, livres e donos do nosso próprio fazer, sonhar, acreditar, criar, recriar, relacionar-se, confiar. Pautas essas que dizem ‘não’ para o uso do ‘direito’ que o colonialismo e o racismo se outorgam para continuarem seus processos de invadir, ocupar, destruir e matar.

A Maloca propicia a reunião de todos nós, indígenas não indígenas, cada um com seus instrumentos e conhecimentos, seus modos de ser e de existir. O indígena ocupa este espaço para firmar sua raiz, sua cultura ancestral, seus rituais com os novos instrumentos que propiciam sua existência na universidade. E o não indígena pode ocupar a Maloca no reconhecimento dos seus conhecimentos, e tem ocupado com reuniões formativas, na busca de conhecimentos sobre a diversidade, ou até mesmo para terem aulas acadêmicas diferentes, agregando o componente da diversidade aos seus saberes, de modo a aprimorar uma postura de tear/tecer coletivamente novos modos de pensar, ser e sentir. A maloca é o espaço da UnB onde acontece a união, em um movimento dinâmico, como, por exemplo, o ritual do Porancim que expresse na pesquisa do mestrado:

Como me sinto ainda presa às inquietações baseadas em enquadramentos formais, em conquistas legais; como estou ligada às lacunas relacionadas com as duras realidades dos povos indígenas. Como é difícil ser agente e ousar ser parte de mudança, como, por exemplo, trazer para a universidade nossos conhecimentos e saberes indígenas e dos nossos ancestrais. Conquistamos uma educação diferenciada na lei,

mas na prática, ela não acontece ainda. Abriram-se as portas da universidade para a diversidade étnica desse país, em que os valores e os saberes deveriam ser colocados na relação de igualdade e da diferença considerando as multipluralidades dos Povos. De que maneira, na prática da Universidade de Brasília, essa educação diferenciada é realmente experienciada sob nossa perspectiva indígena? (Silva, 2017, 16)

Na prática do Porancim, esses conflitos, citados acima e vividos por mim e por muitos Parentes não ganhariam destaques, porque o Porancim é carregado de movimento, de inclusão, da diversidade, da ciência ancestral, da linguagem em suas várias possibilidades e da língua materna, que dá espaço para o bilinguismo e para o multilinguismo. Embora 90% dos Povos Indígenas do Brasil falem suas línguas maternas, a relação dos Povos Indígenas com a sociedade não indígena acontece numa segunda língua, na Língua Portuguesa. Conseqüentemente, o ‘avanço’ ou o acompanhamento dentro do próprio curso escolhido na universidade depende do domínio de letramentos acadêmicos hegemônicos e legitimados pela lógica de poder, os quais tomam forma em Língua Portuguesa. Ao se apropriarem da Língua Portuguesa e por compreenderem que as relações na sociedade brasileira dependem dessa forma de comunicação, os Povos Indígenas vão à luta pelo avanço acadêmico e lançam-se na relação de convívio com outros povos indígenas e não indígenas. Parto da compreensão de que a nossa presença investida na nossa cultura, seja pelos adereços (colares, cocar, maracá, tangas, brincos, pulseiras), seja pelas expressões na língua materna (rituais específicos), seja pelas pinturas corporais, são também narrativas multimodais e expressões inter e multiculturais que marcam nossa identidade, nossas vozes e nossas presenças em suas expressões identitárias assumidas, nos eventos discursivos dentro da universidade, como por exemplo, nos rituais de defesa de tese, dissertação e de Trabalho de Conclusão de Curso.

No nosso coletivo, como chamamos no dia a dia, há estudantes jovens e adultos, com a faixa etária entre 18 e 50 anos; somos uma diversidade de pessoas casadas, solteiras, homossexuais, artesãos, professores, aprendizes de parteiras, aprendizes da Espiritualidade, em sua maioria são líderes, ou referências para as lideranças, engajados na luta pelos direitos do seu Povo e dos demais Povos indígenas. São representantes de 46 Povos: Apurinã, Atikum, Bakairi, Baniwa, Baré, Canela, Cyabi, Dessana, Fulni-Ô, Guajajara, Guarani, Guarani Kaiowá, Kadiweus, Kambiwa, Kamaiurá, Kambeba, Karajá, Kariri Xocó, Karipuna, Kokama, Kaxuayana, Kotiria, Macuxi, Marubo, Pankará, Pankaru, Pankararu, Pataxó, Paumari, Piratapuia, Pipipã,

Potiguara, Tapeba, Temb , Tikuna, Tuyuka, Tukano, Tupinambá, Tupinikim, Tuxá, Wapichana, Wassu Cocal, Umutina, Xavante, Xerente.

Este coletivo surgiu enquanto organismo de luta social, para a constru o de reivindica o em favor da nossa entrada e da nossa permanência na Gradua o e P s Gradua o da UnB. A pauta, em grande parte, está relacionada ao debate em favor de nossa inclusão e temos tido resultados excelentes.

Nosso coletivo   composto por um comit  gestor que elabora os princípios, a realiza o e a divulga o dos resultados do vestibular específico para os Indígenas. A cada ano percebe-se o crescimento e divulga o do vestibular na UnB. São vários debates na escrita da proposta e dos requisitos para constru o e realiza o de vestibular específico. A princípio, imaginávamos que, uma vez a Universidade adotando essa modalidade de vestibular específico, todos os institutos da UnB estariam empenhados e conscientes dessa a o em prol da diversidade. Mas, não funciona assim. Então, nossa a o no coletivo, junto   coordena o da Maloca,   de enviar o nosso pleito para os departamentos e institutos de gradua o e de colocar em suas pautas ordinárias de discussões o nosso pedido, as nossas reivindica es, a nossa presença. Essa realidade só mudou no ano de 2021 com a aprova o da gestão superior (Consuni) que nos garantiu estarmos juntos na constru o de uma política de acesso e de permanência dos estudantes indígenas em todos os cursos da UnB. As vagas dependem de cada departamento que dentro da universidade tem sua autonomia. O coletivo provoca uma altera o na sua pauta discursiva dentro da Universidade. E nessa hora   que nosso discurso se traduz como contra-hegem nico, ou seja,   opositivo e propositivo em rela o aos que dominam, seja em rela o   maioria, ou pelo poder que exercem. Em uma de suas defini es sobre discurso, Fairclough, nas vozes das professoras da UnB, Viviane Resende e Viviane Vieira, diz:

o próprio discurso apresenta-se como uma esfera da hegemonia, sendo que a hegemonia de um grupo   dependente, em parte, de sua capacidade de gerar práticas discursivas e ordem de discurso que a sustentem. A a o social   vista como constringida pelas permanências relativas de práticas sociais –as sustentam ou as transforma, dependendo das circunstâncias sociais e da articula o entre práticas e momentos de práticas. A articula o entre os momentos das práticas assegura que a hegemonia seja um estado de relativa permanência de articula es dos elementos sociais (Resende e Ramalho, 2006, p.168).

Do ponto de vista material, o espaço Maloca   considerado como um espaço de múltiplos e diversos etnoconhecimentos. Ele   uma adapta o da arquitetura utilizada pelos Povos

Indígenas, construído em formato de círculo; ao centro existe uma abertura no teto para entrada da luz do Sol e para a caída da chuva, em formato de arena. Ao redor, na parte térrea, tem sala de reunião, banheiros e uma secretaria. Na parte superior, têm salas de estudos e de informática e banheiros. O espaço possui um elevador. A cobertura é feita de borra de piaçava e madeira. Nas laterais, há painéis com fotografias e histórias dos Povos de quase todos os estudantes indígenas que fizeram parte da construção da Maloca (Silva, 2017, p. 44).

É importante dizer que a Maloca é mais que um espaço físico. Ela materializa as nossas aspirações, nossos sonhos e esperanças, é o nosso ponto de encontro da diversidade. A Maloca traz a força de pertencimento à Universidade de Brasília; nela, a nossa marca cultural identitária é firmada. Nela e para além dela, nossa produção de conhecimento ancestral é vivida, como quando fazemos nossa pintura de jenipapo, urucum, argila; quando realizamos nosso Porancim, que convoca a relação interétnica entre os diferentes ao toque do maracá, com nossa pisada firme, ritmada na nossa mãe terra. Na Maloca, nosso sagrado é vivido por nós e por quem é convidado a estar conosco. Geralmente, todos que chegam à Maloca na hora de nossos rituais, são nossos convidados. Temos a prática de incluir os diferentes. A nossa convivência traz a força ancestral para a superação da falta de uma política de identidade, em que o reconhecimento da diversidade indígena na Universidade tem a compreensão das reais necessidades para nossa permanência. Na Maloca criamos cotidianamente uma política de identidade que reconhece as diferenças e as potencializa.

Através da Associação dos Acadêmicos Indígenas, nossa presença percorre e adentra outros espaços de fala da Universidade, a exemplo da entrevista concedida ao canal midiático principal da UnB, a UnB-TV, para apresentar o curso de Línguas Indígenas e sua Diversidade, iniciado em 2018 pelo programa do UnB Idiomas (IL). Como também aconteceu, em 2019, em função do ano Internacional das Línguas Indígenas, anunciado pela ONU, o evento promovido pelo Departamento de Educação, chamado “Narrativas Decoloniais em Educação”, em que nossa participação foi dentro da nossa cultura, cosmovisão, da nossa presença na instituição.

Outro evento importante foi a realização do Congresso Internacional dos Povos Indígenas da América Latina- III CIPIAL. Nesse evento acadêmico, participamos de todo o processo, desde a concepção do formato, passando pela preparação, pela realização e até chegar à avaliação. Foi uma experiência incrível! Aprendemos muito. Havia realmente um entendimento nosso, uma construção coletiva com base em uma compreensão de que deste evento e de que nossa participação traria uma maior visibilidade e conhecimento da nossa diversidade. Esta pesquisa

também focaliza essa visibilidade. Outra ação visibilizadora foi a criação do curso de línguas indígenas pelo programa UnB Idiomas em 2018.

Esta foi uma conquista nossa do coletivo, sinalizada no meu mestrado, como apontamento final. Essa sinalização se deu durante a semana Indígena da UnB, no período da Semana Universitária, de 2017. Na construção da proposta do curso, a UnB Idiomas nos deu toda liberdade metodológica. Elaboramos um projeto com planejamentos de aulas, sequenciamento didático e foi aprovado. Foi uma experiência em que o retorno dos estudantes não indígenas foi imediato. As 30 vagas foram preenchidas no segundo dia. Essa realidade nos trouxe um ânimo forte para nós. No chão da Universidade tem terra adubada, tem barro multicolor, capaz de sustentar a busca de uma relação de convivência com a diversidade, no respeito às diferenças, para o encontro e troca de saberes. Precisamos aprimorar, aprofundar nas trocas e é importante não desistirmos diante das dificuldades.

Esse adubo, nós o fizemos, quando nos reunimos e buscamos trazer nossa vivência para a Universidade através das nossas diversas lutas. Quando realizamos, o Porancim/Toré e nos pintamos com urucum, jenipapo, argila, puba. Quando tocamos o nosso Maracá e usamos nosso cocar, fumamos o nosso cachimbo, usamos as nossas ervas, que já são cultivadas com muito amor na Maloca.

Porque escrevo sobre esse nosso fazer? Porque é a partir dele que encontramos força e união nos propósitos. É no nosso fazer diário na UnB que indígenas e não indígenas vão ao encontro dos sagrados saberes e modos de ser, em rituais que nos anunciam e transformam nossas vidas. Mas, também trato aqui do adubo pertencente ao não indígena que sabe acolher nossa luta. Este doutoramento e tantos outros processos de formação em diferentes cursos de graduação e de pós-graduação, os eventos citados aqui, tudo isso, são também nossos adubos. E o que acontece com o adubo na natureza? Ele é mistura em forma de doação. As ervas, as vidas se dão de novas maneiras e, assim, não deixam de existir jamais, não desaparecem.

A vida, sob esta ótica, se torna unidade combustível que a fonte criadora/criativa aproveita. E esta unidade promove energia que movimenta a nova vida que nasce. Essas minhas palavras são, tão apenas, para dizer que nossas identidades, quando vivenciadas em coletividade, em uma constelação de respeito e inclusão, nos colocam, a nós todos, com os pés na terra, onde formamos vivências múltiplas que são, na verdade, adubo. Mas, digo, adubo que soma para vida nova. Acredito que a expressão do adubo, seja parte do propósito da Universidade que é de fazer ciência geradora de vidas. Se pensarmos e agirmos assim,

saberemos que o caminho para decolonialização será todo aquele que promove e restaura vidas, em que a fonte criadora cósmica nos sintoniza com toda a natureza a nosso dispor.

Pensemos em tempos quarentenas. O que mais cresceu em nós? Talvez, esteja sendo a consciência da nossa aproximação, da nossa unidade em coletividade. Essa igualdade de existência retira da humanidade a prepotência, todo processo de exploração, reconhece a diversidade que está presente também no cosmo. E, é assim que vejo todo esse processo de nossa presença na UnB. Nos misturamos para sermos adubos colaboradores de vidas, com nossas ecologias de saber, de ser e de viver.

3- Presença indígena: a jangada sou eu e eu sou jangada

Nesta seção focalizo a investigação, de cunho (auto)etnográfico, sobre os modos discursivos e não discursivos que operam nos relacionamentos, nos encontros humanos dentro da universidade, incluindo a minha pessoa, como indígena, e meus colegas de pós-graduação, como não indígenas. Focalizo, assim como foi anunciado no meu primeiro objetivo específico de pesquisa as facetas identitárias e representações de mundo, por entender que neste caminho ‘entraremos em embarcações’ em que há presença marcante da diversidade étnica. Para essa tarefa, dialogarei, no viés da transdisciplinaridade, com os estudos decoloniais voltados para novos modos de ser.

No saber/fazer e fazer/saber inicio minha reflexão de um momento de troca de experiências, com a expressão na língua do meu povo, que representa, “o que é, como uma grande unidade, um encontro”. Eu e minhas colegas/amigas da Universidade de Brasília nos reunimos em fevereiro de 2022, no Minhocão da UnB, escolhi um pedaço de chão, estendi meus panos e espalhei meus objetos, como maracas, cartazes, penas etc. Propus uma pequena caminhada em direção a uma árvore próxima de onde estávamos, para que pudéssemos tocá-la e, de preferência, deveríamos estar de pés descalços, pisando o chão, que ora era pura terra, ora era relva, ora era concreto. Que sensações nossos pés tiveram! Esse modo de olhar é para dar ao momento da escrita dessa experiência o valor das emoções do saber-sentir, proporcionando a mim e aos futuros leitores, e também às colegas e à professora envolvida diretamente, uma memória para além da capacidade de ‘gravar’ passos e ambiente, mas, sobretudo, da apropriação das sensações de aconchego e sentimento de pertencimento e de coletividade.

Ressalto que fui livre na elaboração de todos os passos; tomo a liberdade dizer ainda que não tive a intenção de realizar uma espécie de ‘peça teatral’ com viés étnico, para apresentar pensamentos e visões específicas, que enveredasse por performance artística, mas quis proporcionar um encontro de seres, de agentes críticos, um encontro que já existe antes deste momento específico e que é baseado em uma relação de igualdade, somos iguais com nossas diferenças que se respeitam e respeitam a vida em sua plenitude. E nesse processo, sigo com muita alegria, esperança e fé nos ‘encontros-círculos’ que a vida traz.

O sentimento das memórias se apresenta em mim antes dessa vivência de campo que vou narrar aqui. São sentimentos que me tomam pelos fios, frechas desse oîpé guasu îa sûara é kabekatusára⁴. E, nesse sentido, como estudante de doutorado em linguística, quero imensamente agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL-UnB) que, durante minha experiência de pesquisadora, me proporcionou professores que me contestaram sobre minha identidade étnica, gesto que me fez entender que minha identidade é Tupinambá, é de pertencimento de Povo que carrega sua cosmovisão e levo isso comigo por onde eu passar. Deparei-me com textos como “se você fosse uma tupinambá de verdade estaria honrando o legado desse povo que nomeou o Brasil, nos seus rios, fauna, flora e cidades”. Diante de comentários afrontadores como esses, eu cresci no entendimento de que muito mais há de dizer sobre nós, Povo Tupinambá hoje. Entendi que eu e meu modo de ser superam os escritos sobre nós, inclusive a sentença de que fomos extintos. Trago meus próprios ‘escritos’, os quais iniciei em 2016 nesta Universidade quando passei para o mestrado e, depois, para o doutorado, acreditando que não sou nem a primeira e não serei a última a fazer alterações constantes nestes escritos históricos.

Outra superação que vivi foi quando, em 2018, diante da minha presença e da minha parenta, colega do PPGL, em uma aula de disciplina de mestrado/doutorado, alguém, com sua memória adormecida, e com pouca vivência, pouca cultura e crença na diversidade étnica brasileira, imaginou que, por sermos indígenas, os nossos cabelos, deviam cortar como um navalha. Não acreditando que somos iguais enquanto pessoas e como alunas do PPGL, porém com vivências e culturas diferentes, a pessoa se aproximou e tocou no meu cabelo. Surpresas? De ambas as partes.

Apreendi com esse evento o quanto é necessário fazer uma análise crítica de discurso para que esse fato ocorrido comigo e com minha parenta não se transforme em simples comentários

⁴ Gratificadora

entre colegas de pós-graduação. Porque o ato de ‘tocar meu cabelo’ é a expressão narrativa de como somos vistos, na nossa identidade, como estamos no imaginário das pessoas, nesse caso, da academia. A essa atitude, por mais que venha de uma única pessoa, ou porque foi de uma única pessoa, requer a reflexão de quanto a luta contra-hegemônica discursiva é necessária, para romper com a ideologia dominante, que define nosso ser diferente, como anormal.

Segundo palavras de Ramalho e Resende (2011, p. 143): “lutar contra visões únicas, exclusivas, irrefutáveis, são as aspirações das lutas hegemônicas, que buscam legitimar e universalizar uma representação particular de mundo”. Essas poucas narrativas vividas por mim não alteram a minha essência. Eu poderia seguir com vários exemplos sobre minha presença e dos meus parentes na Universidade de Brasília, mas, minha intenção é trazer e propor mudanças dessas situações vividas na universidade. Por isso, continuo essa narrativa, focando no ‘monte’ que preserva a vida.

Ainda neste espaço honroso do PPGL, encontrei um ‘barco’ chamado Análise de Discurso Crítica- ADC (em construção em mim). Ele está ancorado na minha parcela de humanidade disposta a dialogar com a diversidade que é geradora de sonhos descritos em autorias. Nesse espaço, vou me concentrar na ‘bússola’ que indica as ‘relações dialéticas’ e usarei a relação entre gênero, discurso e estilo (Fairclough, 2003).



Fico imaginando, dialogando com a ADC, sobre as relações de controle sobre as coisas, as relações de ação sobre outros e sobre as relações consigo mesmo. É sabido que “o controle sobre as coisas é mediado por relações com outros; e relações com outros, por sua vez, requerem relação da pessoa com a própria pessoa, e vice-versa”. (Fairclough, 2003, p. 34). Optei focar as lentes da ADC em função dessas redes de relações, porque o barco navega em um

espaço onde se tem o ‘controle sobre as coisas’. Tudo já está estabelecido no espaço acadêmico, com suas ‘formas’ e ‘cores’. Mas, dialeticamente, quem estava tendo o controle de tudo era eu. Sim, eu planejei o passo a passo do encontro, dei sua forma e pinteí suas cores. Disse o que era pra dizer, no sentido de envolver cada pessoa, no propósito do encontro.

Estar na condução da atividade me permitiu ter um olhar mais crítico e analítico das coisas que iria usar, ‘como’, ‘por que’, ‘para que’ e, por fim, ‘qual(is) é(são) a força que me fez agir dessa forma? Poder levar maracá, os artesanatos e estar em meio à natureza da UnB, trazer a história da cosmovisão Tupinambá como conteúdo da aula para as minhas colegas e para professora, toda essa vivência autoral é a demonstração de que a linguagem, em seus diversos discursos, é parte constitutiva de quem somos. Fui a protagonista. O que é o discurso senão a linguagem em ação ‘vistos’ através de pesquisas criativas, para o entendimento das relações, das significações, das identidades?

Ao interagir com as colegas de pós-graduação, ouvi retornos como o da colega que disse que sentiu verdade, ternura, alegria, afeto; ela afirmou que minha presença na sala de aula da universidade trouxe, para ela, uma visão de que a dificuldade laborativa na escrita acadêmica pertence a muitos, indígenas e não indígenas. Com a minha presença, ela pode ver a prática da dialeticidade nas relações. Naquela tarde, eu estava com tudo planejado: o passo a passo, as dinâmicas, os papeis; todavia, as falas das colegas que trataram da minha presença junto com elas no percurso acadêmico de mais de 7 anos, as reflexões sobre minha identidade tupinambá são elementos que não podem ser e nem poderão ser planejados. Penso que o que sai da vivência de uma experiência, seja ela no viés da criticidade ou não, é a própria vida; pode mudar, mas, não morre, pois a consciência da existência, mesmo em seu âmbito particular, singular, para nós, Povos originários, é eterna e tem outro comando, quem vem do cosmo. Nós conhecemos e valorizamos. Essa valorização da vida é nossa resistência contra a domesticação também dentro da universidade.

Ao trazer essa forma de interação na aula, sobre a cosmovisão do meu Povo Tupinambá, propus que as colegas e a professora sentissem a natureza em seus pés, que abraçassem e saudassem, na língua tupy, a árvore, o momento. Em seguida, pedi que se acomodassem no chão, sentadas ou deitadas sobre panos, coloridos e rústicos, para ouvir parte da história do surgimento do universo e do planeta Terra e de seus habitantes. Antes, chamei para ouvir o que chamamos de Oração ao Grande Espírito. Essa dinâmica metodológica, social-pedagógica, revelou que os significados de aprendizagem e desse ser da pesquisa são compostos pelo modo

como seus colaboradores acreditam e como se propõem viver. Nossa aula foi um evento discursivo, crítico e etnográfico. Entendo que:

A etnografia crítica é um tipo de reflexão que examina cultura, conhecimento e ação. Isso expande nossos horizontes e escolhas e alarga nossa capacidade experiencial para ver, ouvir, e sentir. Isso aprofunda e aguça compromissos éticos forçando-nos a desenvolver e agir de acordo com o valor dos compromissos no contexto das agendas políticas. Etnógrafos críticos descrevem, analisam e abrem para o exame agendas ocultas de outra forma, centros de poder, que inibem, reprimem, e constroem. Estudo crítico requer que a assunção do senso comum seja questionada. (Thomas & O'Maolchatha, 1989,p147-cap1,2)

Essa reflexão me leva a pensar que só é possível realizar uma etnografia crítica porque os 'espíritos etnógrafos' das participantes é parte de uma verdade interna que se une com a minha verdade. Explico melhor: minhas colegas e a professora, nessa relação etnográfica crítica, procuram aprender com o 'Ser', que é um corpo completo que vive, sente, sonha em realidades e momentos diferentes; vejo, sobretudo, que o propósito da mudança está presente, na busca pela harmonia social, rompendo com as "normas interacionais, regras organizacionais, padrões institucionais, e conceitos ideológicos" (Berger & Luckman, 1967, p. 19-28, 53-55).

A oportunidade de dizer quem sou, qual é minha origem, em geral ocultada por um sistema de desenvolvimento colonizador, me traz, acima de tudo, uma inquietação quando penso nos fatos existentes no mundo como 'dados', pois penso que o processo de pesquisar exige ética, coerência, disciplina, respeito e conhecimento sobre as atividades humanas, as quais, por serem humanas, podem e devem mudar. Acredito e sei que cada pesquisadora que esteve presente neste 'barco-tese' se sentiram parte, se tornaram porta-voz em favor dos seus, acreditando no seu empoderamento, empoderando-se, na sua emancipação, emancipando-se. E, nesse caso, é a emancipação das ideias, da falta de conhecimento do outro que é diferente, pois não o ignora, ao contrário, 'toma partido' por uma nova consciência e trabalha por uma mudança social.

Acredito nesse espaço da aula embaixo das árvores da UnB, não por ser parte do grupo dos oprimidos, ou socialmente desfavorecidos, mas por acreditar que o processo emancipatório vai além da posição social na sociedade; está, sim, no nosso jeito de agir, de pensar, de falar, de lutar, sem que tenha que lutar pela paz, fazendo guerra, lutar contra a opressão, oprimindo, lutar pela verdade, mantendo e oficializando, massificando as mentiras de ordem social. Pode ser um pensamento utópico? Não, nossa vida enquanto povo foi programada pelo sistema

colonial para deixarmos de existir. Porém, com o sistema cósmico (decolonial), nós fomos criados para (re)existir, resistindo. E como diz Paulo Freire:

nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto fazedores de História e por ela feitos seres, da decisão, da ruptura, da opção. Seres éticos, mesmo capazes de transgredir a ética indispensável, algo de que tenho insistentemente falado...A grande força sobre que alicerça-se a nova rebeldia é a ética universal do ser humano... da solidariedade humana (Freire, 2002 p. 146).

Não quero ocultar as desigualdades sociais existentes, presentes também no campus universitário, mas quero focar no 'barco' que 'navego' e em todos que nele entram, ou que são convidados a entrar; quero evocar a presença, neste círculo alongado da diversidade (Santos, 2010), incluindo todos aqueles que compreendem a vida de forma humanitária, a partir de uma ordem cósmica e não dominadora. A "dominação social desnecessária existe quando restrições são construídas dentro da vida social e cultural em formas que promovem tais desigualdades" (Schroyer, 1975, p. 145). Trago mais uma vez Paulo Freire (2002) para dizer junto comigo que o mundo universitário, que tem como futuro o 'progresso científico e tecnológico', só terá valor existencial se estiver a serviço e atender primeiramente aos interesses humanos".

Por isso que vislumbro um mundo feito também de sonhos (e podem me achar sonhadora), assim como estão minhas colegas e a professora na foto, enquanto escutam a cosmovisão Tupinambá. Assim como elas, sonho com a universidade que fará inovações tecnológicas que tendem a aproximar as pessoas, com suas visões de mundo, onde a alegria, o prazer, a liberdade sejam experimentados em prol do bem viver do ser humano que ainda está por vir e de toda natureza. O que faço aqui é um movimento discursivo autoetnográfico que afirma minha base na existência. São minhas contra-palavras, contra-ideologias. Acredito ser apenas com modos de pensar e de sentir próprios do bem-viver, surgidos das entranhas da terra, das profundezas dos rios, do mistério do mar, da leveza e da força dos ventos, da beleza e proteção das flores, enfim, de todo segredo presente na gestação e parição da vida na terra, que combateremos as ideologias de morte e da opressão.

E são pessoas como minhas colegas, que dizem que sou afeto, alegria, verdade, que vivo a superação das dificuldades; elas me dizem sobre o que é sentir emoção, é sentir saudades, e como espelhos me ancoram dizendo que faço(fazemos) teoria e entendo(entendemos) as teorias. Ouvir relatos etnográficos sobre minha pessoa é a realização do sonho de emancipação

das nossas mentes. Porque essa escuta, me faz enxergar meu modo de ser, de poder e de agir na sua plenitude, me faz querer continuar sonhando para que outros corpos (mente e coração) possam trilhar o caminho da mudança no chão dessa universidade, que possam regar o solo com as lágrimas da saudade, aquela que não se sabe explicar. É entregar-se na escuta do outro. Assumir parceria criativa na pesquisa/escrita acadêmica. É não ter mais medo de errar, pois se está em comunidade... Reconheço que esse momento com as minhas colegas e com a professora é, sim, uma abertura de força e de poder de participação social indígena na universidade, com base no reconhecimento da diversidade. Porque estar na universidade é ao mesmo tempo um sentimento assustador e 'gratificador'.

Assusta porque tenho que construir espaços de percepção da nossa diversidade, seja no âmbito documental, regimental, como também nas formas como as pessoas aprenderam sobre quem e como somos, com base em suas ideias. Às vezes, é um ambiente totalmente desconhecido e agressivo, até mesmo em momentos como um simples atendimento institucional interno, em que o profissional pergunta: "mas, você é índia mesmo?" E a resposta é: "sim!" A sequência é mais arrasadora: "Nossa! E, lá? Todos ainda andam pelados? Falam estranho? Só comem caça e pesca? Ah! É verdade que fazem antropofagia? E, você? Já é misturada, né? Não é pura, né? Quero ir visitar uma aldeia de verdade!" Essas frases, expressões são muito corriqueiras no nosso cotidiano acadêmico; algumas, eu vivi,, outras, ouvi dos meus Parentes em conversas informais. Na aldeia, meus parentes imaginam que estar na universidade é uma posição de *status* e que, por isso, tudo é mais fácil. Quando vêm aqui para o evento em Brasília (como o Acampamento Terra Livre ou outros), esperam nossa participação direta junto a eles. E, em muitas situações, inclusive de sobrevivência e de ordem acadêmica, não podemos participar. Nesse caso, é dever meu, nosso, como estudante, me reunir com os meus parentes na aldeia. E, por conta da pandemia, pude ir pra aldeia e lá fui arguida sobre o que realmente faço aqui. Deixei até uma reflexão da dificuldade enorme que passamos, até ouvi: "vixe! Não sabia que era tão difícil assim estudar na Universidade". Eles pensam que, por ser em Brasília, eu poderia falar com o Ministro da Educação ou até com o Presidente da República. Eles pensavam que eu poderia voltar para a aldeia a qualquer tempo que precisasse. Por tudo isso, é assustador .

Mas, é também 'gratificador' porque, neste espaço, posso alterar muitos escritos e conversas equivocadas sobre nosso povo. Posso somar nas aberturas de 'pontes' de diálogos e de ações concretas no combate ao racismo institucional e à discriminação desenfreada que

marca a sociedade. O espaço com as minhas colegas (inclusive as não indígenas) é um grão de poderosa mudança que está sendo regada nas terras das ciências, da tecnologia, da pesquisa e da inovação na construção de novos saberes que se somam para um bem coletivo. É espaço de amor que supera o ódio; de tolerância que supera a intolerância, é um espaço de paz que venceu a guerra. Isso porque sei que a inteligência humana é, antes de tudo, cosmológica; sei como Paulo Freire sabia:

umas das características da experiência existencial no mundo em comparação com a vida no suporte, é a capacidade que mulheres e homens criamos de entender o mundo sobre o qual e em que atuamos, o qual se deu simultaneamente com a comunicabilidade do interligado. Não há inteligência da realidade sem a possibilidade de ser comunicada (2002, p. 133).

E, nada mais, nada menos, esse espaço da aula na UnB, com as colegas, é o esforço coletivo existencial que nos move, propiciando meios para que o espaço acadêmico promova o interesse investigativo existencial de todos aqueles que dele necessitam, no sentido de buscar a verdadeira comunicação. Eu comunico porque conheço. Eu conheço porque, como humano, aprendo nas relações como e porque existimos. A inteligência está na existência. A relação com ser diferente deve ser, para mim, uma grata satisfação para poder aprender sobre a existência.

Por meio desse olhar, voltamos para a reflexão da relação entre conhecimento, poder e ética *versus* inclusão social no chão da universidade. O conhecimento que quero trazer aqui é aquele que é considerado como nosso gesto de 'romper' as fronteiras do 'eu x tu' e ver surgir o 'nós'. Esse pensamento pode parecer restrito ao grupo de colegas do PPGL e à professora, mas me traz uma força, um poder transformador para o meu pensar, agir, para o sonhar e produzir novos conhecimentos. Nesse contexto vejo a ética se fortalecer para respeitar a origem da existência de todos nós, indígenas e não indígenas, no caso desta pesquisa. Isso significa compromisso e necessidade de criar espaços e mais espaços em que os (novos) conhecimentos (decoloniais) sejam gestados, paridos e partilhados, assim como nós naquela tarde sobre os panos coloridos. Desejo que a memória ancestral esteja aguçada e que nos reconheçamos como somos seres que surgem de uma mesma origem cósmica e que, independente da forma, meio e condições sociais, todos voltaremos para essa origem. Essa é a base da minha ética de pesquisa.

E peço licença para me dirigir às minhas colegas não indígenas e à minha professora: Meninas! Colegas! Professora! Vocês são a sabedoria que fez o chão ser encurtado, construíram

pontes encarregadas de diminuir a distância entre os seres humanos. Desejo que estejamos cada vez mais próximas umas das outras, que enxerguemos com exatidão, sem ‘miopia’, deformação, camuflagem, exploração, submissão e rejeição os outros seres humanos, os nossos colegas outros. Desejo que tenhamos paixão arrebatadora (o *eros* da bell hooks) erguida pela força da luz solar. Nossa luta é uma só: conhecer e combater a ideologia dominante com suas vertentes múltiplas; nossas ferramentas são as contra-ideologias das existências de vida boa. Desejo, por fim, que aprendamos a comunicar de diferentes formas, com diferentes meios para adentrarmos no âmago do discurso enganador desfazendo suas confusões de sentimentos e de sensações.

Para encerrar: Porancim e a ecologia do pertencimento

Nós, Povos Originários, ao adentrarmos a universidade, o fazemos com o sentimento de pertencimento. Com base nesse sentimento, estamos dizendo, no nosso dia a dia universitário, não à opressão, não à discriminação racial, não ao epistemicídio, não à exclusão e à negação da diferença. Quando em 2004, a UnB realiza o seu primeiro vestibular indígena diferenciado, no estado brasileiro, ela inicia, oficialmente, um processo de reconhecimento da diferença, o que deveria significar a instauração de um lugar do acolhimento. Concordando com o meu Parente, Ailton Krenak⁵ (2018): “Pertencer ao lugar é uma forma de romper com esse ciclo do oprimido que vem a ser opressor. Indígena é aquele que vem do lugar. Ser do lugar marca a diferença do não-lugar”.

Acredito que considerar a relação de ‘iguais’ entre os sujeitos humanos, respeitando as diferenças, permite construir relações baseadas em trocas de experiências. A capacidade de ‘ouvir e reconhecer o outro’, é, a meu ver, um ganho de consciência sobre quem somos. É essa capacidade que compõe o combate a atitudes racistas e preconceituosas para com os povos indígenas.

Um dos desafios que a universidade apresenta é não conhecer e saber lidar com a nossa luta coletiva de estudantes indígenas pela permanência no ensino superior. A nossa associação de estudantes indígenas, dentro da UnB, evidencia “nosso sujeito coletivo” dentro da universidade e contribui para a criação do sentimento de “pertence ao lugar”. Isso faz grande diferença para nós; temos nossas especificidades, nossa cosmovisão, nossas línguas e

⁵ Krenak. Ecologia Política. Ethnoscintia 3 (n.2 Especial): 1-2, 2018. DOI: 0.22276/ethnoscintia.v3i2.193

variedades linguísticas e é com essas diferenças que nos unimos e afirmamos nosso lugar de pertencimento, que é o pulsar da nossa existência. Mais uma vez, concordo com o meu parente, Ailton Krenak ao dizer que “o sujeito coletivo pertence ao lugar, é o oposto político do lugar que pertence ao indivíduo”.

Essa reflexão sobre pertencimento e universidade está presente em 99% dos trabalhos que meus parentes escreveram aqui na UnB, gerando reflexões e colocando-nos como agentes de nossa luta e conquista dentro da universidade. Para fazer essa marcação, trago, como finalização deste artigo, a voz da minha parenta Eliane Umutina:

Vejo que a universidade ainda tem resistência de abrir para o diálogo do outro, os diferentes saberes dos indígenas e de outras comunidades tradicionais. Nesse sentido, trazer a oralidade da memória dos interlocutores e dialogar com a teoria antropológica foi um dilema que está sendo filtrado, a meu ver é um desafio, sei da importância dos estudos teóricos da antropologia, porém, trouxe uma abordagem, não sei se posso dizer nova, mas, um formato diferente de produção da escrita que parte da concepção de estudiosos e pessoas indígenas, um formato que revela outras formas de pensar o mundo, os distintos saberes, no caso particular os Umutina, quebrando paradigmas existentes, instigando novas reflexões sobre a natureza e o conhecimento, assim, as relações do sujeito e o objeto em distinto contexto.(p.24) (tese defendida em 2019)

O que minha parente faz em sua pesquisa é vivenciar o caminho da ecologia dos reconhecimentos. Ao ouvir os textos dos parentes e dos colegas, pude aprender que autoetnografia é uma forma de cultivar e de manter esperança na vida e nas pessoas, é uma forma de transformar a minha experiência em pesquisa-vida, é um modo de exercitar a cura mental e espiritual. Como escrevemos a nossa história? Como significamos quem somos? A resposta também inclui: para quê? Para refutar um olhar discriminador, superficial de nossas ansiedades? É para mexer nas estruturas de poder? Para honrar os renegados? Para romper os essencialismos e os determinismos? Para tudo isso junto e mais o que eu nem sei dizer? É preciso ter a imagem do mar em que o barco nos convida a navegar juntos. Para viver a crítica com carinho e perdão. É ter alegria e alívio da dor - é vida.

Referências Bibliográficas

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. Londres: Routledge, 2003.

FREIRE, Paulo: **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 168p.

KRENAK, Ailton. Ecologia Política. **Ethnoscintia** 3 (n.2 Especial): 1-2, 2018. DOI: 0.22276/ethnoscintia.v3i2.193.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica**: texto como material de pesquisa. Coleção: Linguagem e Sociedade, v.1, Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. Coleção para um novo senso comum, 3.ed.. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Nubiã. **Identidades, vozes e presenças indígenas na Universidade de Brasília sob a ótica da Análise de discurso crítica**. Dissertação defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Linguística- PPGL-UnB. 2017.

THOMAS, J ; O'MAOLCHATHA, A. Reassessing the Critical Metaphor: An Optimistic Revisionist View. NCJ Number 120083. Journal **Justice Quarterly** Volume: 6, 1989.

TUPINAMBÁ, Nubiã. DIAS, Juliana. Identidades, vozes e presenças indígenas na universidade: “eu queria que entendessem esse espírito indígena que vive dentro de mim”. In: DIAS, Juliana.(Org). **No espelho da linguagem**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.